

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFC: HISTÓRIAS DA DÉCADA DE 1960 E NO CONTEXTO DA RUPTURA INSTITUCIONAL DE 2016

STUDENT ACTIVISM IN CEARÁ: UFC STORIES AND THE OCCUPATION IN THE CONTEXT OF THE INSTITUTIONAL RUPTURE IN 2016

ACTIVISMO ESTUDIANTIL EN CEARÁ: HISTORIAS DE LA UFC Y LA OCUPACIÓN EN EL CONTEXTO DE LA RUPTURA INSTITUCIONAL DE 2016

Tânia Gorayeb Sucupira*

 <http://orcid.org/0000-0001-8087-7651>

José Gerardo Vasconcelos**

 <http://orcid.org/0000-0003-0559-2642>

REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da Unochapecó | ISSN 1984-1566

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

Como referenciar este artigo: SUCUPIRA, T. G.; VASCONCELOS, J. G. O movimento estudantil na UFC: histórias da década de 1960 e no contexto da ruptura institucional de 2016. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 22, p. 1-25, 2020.

DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v22i0.3996>

Resumo: O trabalho aborda o movimento estudantil na Universidade Federal do Ceará. Em 1962, a Greve do Terço exigia garantia de voto e representatividade para os discentes. Em 1968, os estudantes ocuparam o prédio do Instituto de Física reivindicando melhores condições de estudo. No contexto da ruptura democrática de 2016, universitários interditaram a Faculdade de Educação da referida universidade contra a Proposta de Emenda Constitucional n. 241, promulgada pela Emenda Constitucional n. 95, que limita despesas e compromete investimentos em educação. A revisão bibliográfica reconstitui fatos e contextos, ressignificando a interpretação de conjunturas críticas que motivam para o movimento estudantil e a História Oral propõe o método de entrevistas para extrair das narrativas de protagonistas das ocupações de 1968 e 2016 vivências que despertam subjetividades durante momentos de luta. Entre os resultados, antecipam-se ganhos institucionais para a categoria e avanço na formação política, solidariedade e habilidade para articular coletivos em prol da democracia e de bens sociais.

Palavras-chave: Movimento estudantil. UFC. Educação. História da Educação.

Abstract: The work addresses the student movement at the Federal University of Ceará. In 1962, the Strike of the Rosary demanded the guarantee of voting and representation for the students. In 1968, the students occupied the building of the Institute of Physics, demanding better study conditions. In the context of the democratic rupture in 2016, students interdicted the Faculty of Education of that university against the Proposed Constitutional Amendment n. 241, promulgated by Constitutional Amendment n. 95, which limits expenses and compromises investments in education. The bibliographic review reconstitutes facts and contexts, reframing the interpretation of critical situations that motivate the student movement and Oral

History proposes the method of interviews to extract from the narratives of protagonists of the occupations of 1968 and 2016 experiences that arouse subjectivities during moments of struggle. Among the results, institutional gains are anticipated for the category and progress in political formation, solidarity and ability to articulate collectives in favor of democracy and social goods.

Keywords: Student movement. UFC. Education. History of Education.

Resumen: El trabajo aborda el movimiento estudiantil en la Universidad Federal de Ceará. En 1962, la Huelga del Tercio exigió la garantía de votación y representación para los estudiantes. En 1968, los discentes ocuparon el edificio del Instituto de Física reivindicando mejores condiciones de estudio. En el contexto de la ruptura democrática en 2016, los universitarios interdicaron la Facultad de Educación de esa universidad contra la Propuesta de Enmienda Constitucional n. 241, promulgada por la Enmienda Constitucional n. 95, que limita los gastos y compromete las inversiones en educación. La revisión bibliográfica reconstituye hechos y contextos, reformula la interpretación de situaciones críticas que motivan el movimiento estudiantil y la Historia Oral propone el método de entrevistas para extraer de las narrativas de protagonistas de las ocupaciones de 1968 y 2016 experiencias que despiertan subjetividades en momentos de lucha. Entre los resultados, se anticipan ganancias institucionales para la categoría y progreso en la formación política, la solidaridad y la capacidad de articular colectivos a favor de la democracia y los bienes sociales.

Palabras clave: Movimiento estudiantil. UFC. Educación. Historia de la Educación.

Introdução

Na historiografia dos movimentos sociais, os jovens são históricos atores que se destacam nos embates políticos contra a ordem social estabelecida e a favor de conquistas democráticas. Engajados no movimento estudantil, eles expressam a reação a estruturas do sistema, segundo os interesses, valores e ideias compartilhados que se convertem em ações coletivas. Internamente, os movimentos estudantis enfrentam dilemas, divergências, conflitos e confrontos (SOSA LONDOÑO, 2018). Com relação a essa temática, Groppo e Silveira (2020, p. 10) atualizam a concepção de juventude ativista, que “[...] foca mais o extra-cotidiano, na figura da rebeldia, revolta, recusa, resistência e autonomia juvenil” e protagoniza os movimentos estudantis de ocupação de instituições de ensino no século XXI.

As memórias publicadas de Martins Filho abordam vultos, fatos e acontecimentos relacionados à criação da Universidade Federal do Ceará (UFC)¹. Nas obras, Martins Filho rememora eventos que perpassam por seus quatro mandatos como reitor na direção da instituição, de onde destacam-se as memórias relacionadas com o movimento dos estudantes pela fundação da instituição, melhorias nas condições de estudo e representação nas instâncias de decisão.

O professor Martins Filho (1983, 1996a, 1996b) recorda o episódio de 1947, em que discentes do corpo da Faculdade de Direito do Ceará² representaram o documento com dez mil assinaturas que foi entregue nas mãos do então ministro da Educação e Saúde Pública, Clemente Mariani Bittencourt³, pleiteando às autoridades a criação de uma universidade cearense.

Em 1962, Martins Filho (1983, p. 216), então reitor da UFC, foi “[...] informado, em caráter sigilar, de importantes reuniões [...] promovidas pelos líderes da União Nacional dos Estudantes – UNE [...] para o grande movimento que iria ser deflagrado [...]”. A articulação capitaneada pela UNE⁴ visava a mobilizar a categoria de universitários cearenses na vanguarda da luta pelo cumprimento do artigo 78 da Lei n. 4.024/1961⁵.

No contexto da Guerra Fria, o golpe civil-militar ocorrido no Brasil em 1964 (NAPOLITANO, 2014), que depôs João Goulart da presidência, levou os militares ao poder, os quais instituíram um duro regime ditatorial. Mesmo assim, em 1968, os universitários do Instituto de Física⁶ da UFC deflagraram uma greve para reivindicar melhorias na qualidade da educação. O então reitor, Fernando Leite, não atendeu aos pleitos e a assembleia estudantil decidiu pela ocupação do prédio, de acordo com as narrativas de

* Doutoranda e mestra em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC).
E-mail: thaniasucupira@yahoo.com.br

** Doutor em Sociologia (UFC). Pós-doutor em Artes Cênicas (UFBA). Pós-doutor em Educação (UFPB). Pós-doutor em História da Educação (UFRN). Professor Titular de Filosofia da Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC).
E-mail: gerardovasconcelos1964@gmail.com

1 A Universidade do Ceará foi criada oficialmente pela Lei n. 2.373, de 16 de dezembro de 1954. Em 1965, foi instituído o nome atual, Universidade Federal do Ceará, seguindo a padronização dos nomes das universidades federais de todo o país.

2 A Faculdade de Direito surgiu como Academia Livre de Direito do Ceará em 21 de fevereiro de 1903, sendo atualizada pela Lei n. 717, de 8 de agosto de 1903. A Faculdade de Direito foi reunida com a Escola de Agronomia, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Farmácia e Odontologia com a finalidade de instituir a Universidade do Ceará, pela Lei n. 2.373/1954.

3 Constituinte pela União Democrática Nacional (UDN), em 1946, Clemente Mariani deixou a Câmara para assumir a pasta da Educação e Saúde Pública no governo do general Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD).

4 Organização política e estudantil e uma das principais representantes dos estudantes do ensino superior no Brasil.

5 Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou Diretrizes e Bases da Educação Nacional, entre elas a prerrogativa da representação dos estudantes nos órgãos colegiados das universidades.

6 Por resolução do Conselho Universitário, foi criado, em 1962, o Instituto de Física, reconhecido, oficialmente, pelo Decreto n. 62.279, de 20 de fevereiro de 1968, mas foi através do Decreto n. 71.882, de 2 de março de 1973, que o Departamento de Física passou a integrar o Centro de Ciências da UFC.

José Machado⁷, um dos protagonistas do movimento que paralisou o curso por cerca de 30 dias.

Já no século XXI, no conturbado ambiente político de 2016, a revolta dos alunos foi motivada pelo anúncio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 241, que impunha um teto, durante 20 anos, para gastos com a educação pública. A reforma constitucional foi proposta por Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que assumiu a presidência após o *impeachment* de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT)⁸.

Este trabalho é parte da pesquisa em curso visando ao doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (Faced) da UFC e intenta discorrer acerca do movimento estudantil que perpassa pela história dessa instituição. O alvo central é evidenciar aspectos de movimentos estudantis na UFC na década de 1960 e nos anos 2000, mais precisamente em 1962, em 1968 e em 2016, com realce a questões relacionadas às conjunturas críticas em que os movimentos se inscrevem.

Ao atentar para determinantes do movimento estudantil na historiografia da UFC, espera-se compreender nuances dos movimentos estudantis ao longo dos anos, inclusive identificar elementos e causas que impulsionaram mobilizações de discentes, os meios e métodos elencados nos protestos, os desdobramentos das lutas políticas e conquistas para a instituição e para a categoria, o amadurecimento político e as aprendizagens construídas no movimento estudantil.

O primeiro reitor da UFC, Antônio Martins Filho, exerceu quatro mandatos consecutivos, de 1955 a 1967. Encontram-se publicadas três versões das suas memórias. Ao apresentar a obra *O outro lado da história*, o autor afirma “[...] narrar fatos ignorados, revelar incompreensões e injustiças, registrar a tática e a estratégia [...] para dirimir obstáculos e solucionar situações difíceis” (MARTINS FILHO, 1983). Em *História abreviada da UFC* e em *A short history of the Federal University of Ceará*, o autor apresenta as memórias resumidas, em dois idiomas, “[...] contendo tudo aquilo e tão somente aquilo indispensável [...]”.

As memórias do reitor Martins Filho oferecem subsídios para a revisão da história dos movimentos estudantis na UFC. No tocante à narrativa que atravessa os 12 anos em que ele ocupou a reitoria da referida instituição, atenta-se para fatos e acontecimentos que envolvem os embates entre discentes e autoridades acadêmicas. Observa-se que o protagonismo dos estudantes na luta por mais democracia e por melhores condições de ensino e aprendizagem na instituição se deu diante de conjunturas críticas e de autoritarismo da gestão universitária (MARTINS FILHO, 1983; 1996b; PRONER, 2016; RAMALHO, 2002).

7 Entrevista concedida por José Machado Bezerra aos pesquisadores em 5 de janeiro de 2017, em Fortaleza, Ceará.

8 Dilma Rousseff venceu as eleições presidenciais de 2010 e assumiu o primeiro mandato de governo em 1º de janeiro de 2011. A vitória nas eleições de 2014 lhe garantiu o segundo mandato, a partir de 1º de janeiro de 2015, mas a mandatária sofreu impedimento e deixou a presidência em 31 de agosto de 2016, ocasião em que assumiu o vice-presidente, Michel Temer.

Pollak (1989) assevera que memória representa tudo que é vivido e sentido, já Martinho Rodrigues (2011) pondera que ela constrói a história, agindo sobre o passado já vivido, mas as recordações não são espontâneas. Abrahão (2006) acrescenta que elas emergem em dadas circunstâncias e Vasconcelos (2011, p. 28) as especifica: “[...] A memória exalta e destaca elementos-chave que se expressam na oralidade. Marca os pontos que se fixam em volumes de lembranças prontas a emergir dos escaninhos mais profundos de sua alma [...]”. Com base na História Oral sugerida por Meihy e Holanda (2015) e por Thompson (1992), a técnica de entrevista aberta semiestruturada colhe narrativas e recordações do movimento estudantil.

O trabalho traz narrativas de três protagonistas em movimentos estudantis na UFC: José Machado Bezerra viveu como estudante o movimento de greve e ocupação do Instituto de Física em 1968; Filipe cursava Geografia na UFC e foi um dos líderes na ocupação do curso, ou melhor, da primeira das ocupações que ocorreram na UFC em 2016; Igor Maria, graduando do curso de Pedagogia, participou desde o início, em 3 de novembro, do movimento de ocupação da Faced da UFC em protesto contra o anúncio da PEC n. 241/2016.

Os documentos⁹ orais foram interpretados à luz dos fatos sociais, à procura de motivações para o engajamento no movimento estudantil, inclusive sentidos, sentimentos e aprendizagens. Araújo (2014, p. 26) ressalta a validade do uso de fontes orais e “[...] vivificação da própria história, por intermédio da memória que se materializa nas falas”, ou as tessituras de realidades cujos detalhes fogem às formalizações da escrita, ou se quedam inconfessáveis, mas estão lá nos meandros de vivências e aprendizagens que marcarão vidas, quiçá gerações. Todavia, concorda-se que “[...] o saber científico deve ser usado para proporcionar o desenvolvimento humano [...]” (XAVIER *et al.*, 2018, p. 27).

Embora muito já se tenha escrito acerca das problemáticas que envolvem a educação superior e as dificuldades vivenciadas pelos discentes, importa perseverar nas pesquisas, refletindo sobre temáticas que tensionam ambientes acadêmicos. O aprofundamento de determinantes do engajamento estudantil no âmbito da problemática educacional permite iluminar questões que cercam relações sociais e interinstitucionais, contribuindo para superar entraves que persistem na educação superior.

Fazendo coro com inúmeros outros pesquisadores, assume-se o desafio de acrescentar o acervo dos estudos sociais e ciências afins com subsídios à reflexão sobre crises e tensões que recorrem em instituições de ensino superior e fazem emergir o movimento estudantil na luta pela superação do paradigma e desenvolvimento progressivo da qualidade da Educação.

9 As falas aqui expostas integram entrevistas gravadas e transcritas. As transcrições foram submetidas aos entrevistados, que as aprovaram e cederam seu uso expressamente, inclusive autorizaram a exposição dos seus nomes, de acordo com os princípios éticos em pesquisa acadêmica.

1 História abreviada de lutas estudantis na UFC

Agitais, neste momento, jovens estudantes cearenses, *o problema* da fundação de vossa Universidade e seria desnecessário dizer-vos com que simpatia vos acompanha os passos o governo federal. [...]. (Professor Clemente Mariani Bittencourt, ministro da Educação e Saúde Pública no governo Dutra¹⁰, grifou-se).

A frase em epígrafe é fragmento do discurso do titular da pasta da Educação quando recepcionado na Faculdade de Direito do Ceará em 1947: “[...] a propósito de uma solicitação do alunado, que, através de um documento com quase dez mil assinaturas, pleiteava uma Universidade para o Ceará” (MARTINS FILHO, 1996b, p. 15-16). Ressalta-se o olhar do Governo Federal para a oferta de ensino superior para os cearenses como “o problema”.

Martins Filho (1996b), professor à época, entendeu a mensagem do ministro como palavras que causaram “profunda impressão”, delas inferindo que a população cearense teria que lutar para conquistar sua instituição federal de ensino superior. Embora houvesse a “simpatia” do Governo Federal, as memórias do futuro reitor descortinam árdua batalha para vencer a burocracia estatal e a inércia política. Finalmente, passados sete anos do pronunciamento, os cearenses celebraram a fundação da Universidade do Ceará – hoje Universidade Federal do Ceará –, vocacionada para o embate desde sua concepção, como demonstrou sua história nos anos seguintes.

2.1 A Greve do Terço

Em 1962, os universitários da UFC participaram de uma articulação nacional em torno da luta política para o cumprimento do estabelecido na Lei n. 4.024/1961, do governo do presidente João Goulart. O artigo 78¹¹ da referida lei estabeleceu que “O corpo discente terá representação, com direito a voto, nos conselhos universitários, nas congregações e nos conselhos departamentais das universidades e escolas superiores isoladas, na forma dos estatutos das referidas entidades”. Ressalta-se a indeterminação acerca do critério de representatividade, delegando aos centros de ensino a tarefa de reformarem os seus estatutos.

Não obstante o viés político-partidário da entidade representativa (MÜLLER, 2010), importa destacar historicamente a expressiva atuação política da UNE na defesa da educação e dos direitos dos universitários, bem como na articulação das pautas estudantis e organização do movimento em nível nacional.

10 O general Eurico Gaspar Dutra foi presidente do Brasil de 1946 a 1951.

11 Este artigo, juntamente com outros da Lei n. 4.024/1961, foi revogado pelo Decreto-Lei n. 464, de 1969.

Com relação ao movimento que entrou para a história como Greve do Terço (ARAUJO, 2006), o reitor Martins Filho (1983, 1996b) afirma que recebeu uma informação sigilosa dando conta de reuniões com líderes da UNE no Palácio Piratininga, em Porto Alegre, nas quais os “esquerdistas” se articulavam nacionalmente para o cumprimento da representação discente, ou seja, a exigência de não menos do que um terço de participação nos órgãos colegiados.

O reitor rememora que jamais considerou eliminar o alunado das decisões dos órgãos da administração superior, mas “[...] sem aceitar obviamente que eles viessem a participar na proporção de um terço, das congregações¹², dos Conselhos Departamentais e do próprio Conselho Universitário” (MARTINS FILHO, 1983, p. 226). O teste de forças aconteceu quando o Conselho Universitário determinou às congregações que garantissem normas de aferição do aproveitamento acadêmico em escolas e faculdades. A apreciação seria dada inicialmente por Comissão Especial, mas a seguir o Conselho também aprovaria (MARTINS FILHO, 1983, 1996b).

O Diretório Central dos Estudantes (DCE)¹³ solicitou reunião com o Conselho, que alegou não poder se antecipar ao trabalho da Comissão. Diante do desacordo, o presidente do DCE, com apoio dos titulares dos diretórios acadêmicos, exigiu uma solução para a questão da representação nas instâncias de deliberação coletiva, inclusive o determinado em assembleia da UNE: não menos do que um terço de estudantes em cada órgão colegiado.

Decerto, não houve consenso, pois os alunos pontuaram a historiografia da UFC com o movimento conhecido como *Greve do Terço* (MARTINS FILHO, 1996b, p. 124), porque reclamava esse quórum mínimo de participação estudantil nas instâncias de decisão da instituição. O movimento discente paralisou as atividades acadêmicas, e o reitor Martins Filho transferiu o próprio gabinete para a sua residência, como recorda em seu livro: “Todo o meu esforço resultou em vão, pois que, no dia 22 de maio daquele ano de 1962, transformou-se em realidade a ameaça dos estudantes: todas as portas das escolas e faculdades amanheceram lacradas, paralisando-se, assim, o funcionamento da Universidade” (MARTINS FILHO, 1996b, p. 119). No entanto, as memórias do reitor não fazem alusão a tratativas de acordo com os universitários pertinentes ao cumprimento do estabelecido pela lei.

Sobre a crise na Universidade, o reitor Martins Filho escreveu ao ministro Antônio Ferreira de Oliveira Brito¹⁴, da pasta de Educação e Cultura, comunicando as deliberações do Conselho Universitário, inclusive do fechamento do prédio da reitoria, mas o ministro Oliveira Brito tinha outra crise para administrar na capital federal. “De fato,

12 As congregações integram os órgãos de deliberação coletiva na UFC, juntamente com os Conselhos Departamentais e o Conselho Universitário.

13 Entidade estudantil que representa todos os estudantes universitários do Brasil e tem o papel de organizar suas pautas. Desde sua fundação, em 1937, marca presença em importantes acontecimentos políticos, sociais e culturais, a exemplo da luta pelo fim da ditadura do Estado Novo (1945), da campanha “O petróleo é nosso” (1948), das “Diretas Já” (1984) e do *impeachment* de Fernando Collor (1992).

14 Ministro no governo parlamentarista de João Goulart, à frente da Educação e Cultura de 8 de setembro de 1961 a 11 de julho de 1962.

viajando o Ministro para Brasília no dia 23 de junho, logo depois o seu Gabinete e todo o segundo andar do Palácio da Cultura estavam sendo ocupados pelos estudantes, que ali permaneceram até o dia 27” (MARTINS FILHO, 1996b, p. 125).

É oportuno informar que os discentes do movimento de ocupação do Palácio da Cultura foram afastados de lá pelo Exército, enquanto a Greve do Terço na UFC avançava. Em 13 de julho, dispostos ao movimento, “[...] os grevistas acabavam de impedir o funcionamento de vários institutos que já haviam voltado às suas atividades normais” (MARTINS FILHO, 1983, p. 234).

Empenhado, o reitor Martins Filho foi pessoalmente a Brasília buscar ajuda junto ao Exército para encerrar o movimento dos estudantes. Recepcionado pelo então ministro da Educação e Cultura, Roberto Lyra¹⁵, o reitor Martins Filho (1996b, p. 129) declarou: “[...] tive alguns encontros não amistosos. Pareceu-me [...] muito inclinado para a esquerda [...]”. No mesmo sentido, o reitor pesou a responsabilidade de ambas as partes diante da contenda entre estudantes e instituição: “[...] Se houve erro, foi da parte dos estudantes, que, influenciados pelos agentes de Cuba e de Moscou, procuraram tumultuar a Universidade” (MARTINS FILHO, 1996b, p. 132).

A operação que sufocou o movimento dos universitários da UFC foi comandada diretamente de Brasília (MARTINS FILHO, 1983, 1996a). Em 27 de julho, tropas do Exército ocuparam todas as dependências da Universidade, inclusive o Clube dos Estudantes Universitários¹⁶. O reitor Martins Filho tomou conhecimento dos fatos consumados em Brasília quando embarcou na aeronave rumo ao Rio de Janeiro juntamente com o então ministro da guerra, general Néelson de Melo, que comunicou diretamente: “Meu reitor, a operação-ocupação já foi realizada. Agora o Exército só deixará a Universidade quando o Senhor solicitar [...]” (MARTINS FILHO, 1983, p. 238).

Entende-se que, sob o comando federal, as forças militares da capital cearense intervieram e encerraram o movimento estudantil na UFC, que já ultrapassava os 60 dias, entre greves e ocupações de faculdades e centros de ensino, mas restou em aberto o cumprimento da Lei n. 4.024/1961, especialmente o artigo 78. Acerca da reforma dos estatutos e da representação do corpo discente, o reitor Martins Filho (1983, p. 239) citou o esforço pessoal na convocação do Fórum de Reitores em Brasília, em 20 de agosto de 1962, bem como as deliberações:

1) Reafirmação da plena autonomia universitária para, através da reforma estatutária, ser fixada a conveniente representação estudantil nos órgãos colegiados, sendo desaconsel-

15 Ministro no governo parlamentarista de João Goulart à frente da Educação e Cultura de 12 de julho a 14 de setembro de 1962.

16 O Clube de Estudantes Universitários (CEU) tinha a finalidade de agrupar todas as atividades assistenciais, culturais e desportivas. Através do CEU, foi criado o Restaurante Universitário, que passou a funcionar em 1957, fornecendo alimentação subsidiada aos discentes.

lhada qualquer alteração da Lei de Diretrizes e Bases; 2) Integração do esforço estudantil na vida universitária, o que evidentemente transcendia o problema numérico da representação; 3) Recomendação às Universidades de porem em prática o que havia sugerido o Conselho Federal de Educação, no sentido de ser prorrogado o ano letivo, a fim de que fossem compensadas as faltas dos estudantes e fixadas as datas de realização das provas exigidas por lei.

A partir do exposto, conclui-se que os termos da reforma dos estatutos¹⁷ das instituições, inclusive a definição da representação e voto do corpo discente nas instâncias de decisão, ficaram a cargo do Fórum de Reitores, composto pelos dirigentes das instituições. Nesse sentido, se não houve participação dos estudantes no processo, é razoável supor que as decisões dessa reunião tiveram um caráter arbitrário e não foram, em tese, plenamente revestidas de democracia.

Quanto ao desfecho do movimento, merece destaque o sentimento de repulsa aos discentes declarado pelo reitor Martins Filho (1996b, p. 134, grifo do autor):

A partir da *Greve do Terço*, que me deixou marca indelével, o meu comportamento como Reitor passou por uma série de modificações. Tornei-me muito precavido na aplicação de recursos extraordinários, em relação aos diretórios acadêmicos. Passei a tratar com muita reserva o alunado em geral e senti que estava sendo tomado de uma espécie esquisita de alergia em relação a alguns líderes estudantis, notadamente os da União Nacional dos Estudantes, com sede no Rio de Janeiro. [...] Lutei abertamente contra o então Ministro da Educação e Cultura, Professor Roberto Lyra, com o propósito deliberado de divulgar a sua pronunciada tendência esquerdista.

2.2 O movimento estudantil de ocupação do Instituto de Física

A historiografia posta em Ramalho (2002) recupera protagonistas, fatos e eventos do movimento estudantil na UFC, inclusive detalhes do cotidiano acadêmico após o golpe civil-militar de 1964¹⁸ (NAPOLITANO, 2014). O reitor Fernando Leite esteve à frente da instituição de 1967 a 1971. Segundo Ramalho (2002, p. 244), para pronunciar a aula magna do ano letivo de 1968, o reitor Fernando Leite convidou o Comandante da 10^a Região Militar, general Dilermando Monteiro:

17 No Estatuto da UFC, no artigo 99, consta: “O corpo discente será representado nos colegiados da Universidade, com direito a voz e voto, nos seguintes termos: I. Nos colegiados deliberativos superiores, na forma do que for definido na constituição de cada um deles; II. Nos colegiados dos Centros e Faculdades, na proporção de 1/5 (um quinto) do total dos seus membros com direito a voto”.

18 Concorde-se com a tese de que, apesar da predominância dos militares no comando da ação que depôs João Goulart, o golpe de 1964 teve a participação de setores da sociedade civil: empresários, imprensa, setores da Igreja e o governo dos Estados Unidos.

Ao iniciar sua conferência, versando sobre ‘O papel do Estudante e a Segurança Nacional’ [...], foi interrompido por um aparte do presidente do DCE, João de Paula Ferreira, que protestou contra o fato de o general ter sido convidado para dar aula de sapiência, em vez de ser um professor, e também contra o tema abordado. Ato contínuo, retirou-se acompanhado de duas dezenas de universitários [...].

O constrangimento no episódio da aula inaugural de 1968 evidenciou ao reitor Fernando Leite o desafio a enfrentar na direção da UFC: um corpo discente politizado, articulado, combativo e temerário (FREITAS, 2001). A plateia discente, convicta e ousada, ignorou o poder ditatorial, que endurecia o regime e apertava o cerco a subversivos, e afrontou um general do Exército, numa clara demonstração de insubordinação ao regime militar.

Diante do desrespeito dos estudantes no primeiro dia de aula não apenas à autoridade máxima da academia como também ao general Dilermando, o reitor Fernando Leite pediu punição exemplar para João de Paula Ferreira, então presidente do DCE e líder do movimento. Contudo, o Conselho Universitário não pôde fazer muito, uma vez que o protesto havia sido deliberado previamente em assembleia estudantil. Dessa forma, ao ser denunciado, o dirigente do DCE livrou-se da sanção, compartilhando a responsabilidade com todos os membros do colegiado (RAMALHO, 2002).

No Instituto de Física da UFC, os alunos se queixavam das instalações precárias do centro, de acordo com as recordações de José Machado Bezerra¹⁹, egresso do curso e protagonista dos movimentos na UFC na década de 1960.

[...] A gente não tinha bebedouro. Era preciso capinar o pátio da faculdade; a gente chegava e ficava cheio de carrapicho... Consertar as privadas, ajeitar as lousas que estavam todas rachando; naquela época chamava quadro-negro, mas era pintado de verde, era com giz, estava rachando a lousa e caindo tinta, descascando [...].

A narrativa de José Machado Bezerra (2017) ilustra a precariedade das condições de ensino no Instituto de Física. Recordar-se que o curso foi inaugurado em 1962 e as lembranças são de 1968. Assim, passados seis anos desde a inauguração, as turmas enfrentavam sérias dificuldades para estudar: desde o inconveniente mato no acesso ao prédio, passando pela situação deplorável das instalações, inclusive as sanitárias e a ausência do bebedouro. O acesso à água potável no recinto educacional é o recurso mínimo

19 Entrevista concedida por José Machado Bezerra aos pesquisadores em 5 de janeiro de 2017, Fortaleza, Ceará.

indispensável para atender às necessidades básicas, mas os problemas estudantis ultrapassavam as carências materiais, segundo as narrativas:

E houve um problema lá que uma professora de Mecânica I botou numa prova mensal uma questão de Mecânica III que nem ela soube resolver a questão... isso foi a gota d'água, o estopim... Os cursos de Matemática, Física e Química foram fundados em 1962 por professores vindos de Rio, São Paulo, Minas Gerais e Bahia... até 1968, o terceiro e quarto ano da graduação, pelo menos no curso de Física, eram feitos em São Paulo, porque não tinha professores qualificados aqui... Ninguém nem ouvia falar em curso de mestrado e doutorado [...]. (BEZERRA, 2017).

A problemática educacional no curso de Física abrangia limitações curriculares e do corpo docente. Para se formarem, os graduandos dependiam do acesso a instituições superiores em outro estado, cabendo-lhes os custos de deslocamento e manutenção durante os últimos quatro semestres da formação. Ademais, os egressos da Física sequer dispunham de um programa na UFC para galgar a pós-graduação. Através da narrativa, entende-se a insatisfação crescente dos estudantes e o ponto insustentável da situação, no limite em que:

[...] Estourou a greve, a chamada gota d'água, né [...], aí nós fomos e botamos estas reivindicações: bebedouro, consertar as privadas, capinar o pátio, consertar as lousas... Naquela época, botamos comissões paritárias, né, aí nós fomos falar com o reitor, na época, Fernando Leite, era o nome do reitor. A gente chamava *reitolete*; cearense adora molecagem [risos] [...]. (BEZERRA, 2017, grifou-se).

Segundo José Machado Bezerra (2017), o reitor Fernando Leite recebeu a lista de reivindicações e prometeu atender aos pleitos, desde que os estudantes suspendessem a greve. Os universitários retornaram para as salas e aguardaram a solução dos problemas. Após um mês de espera, nada havia mudado, recordou José Machado Bezerra (2017), daí os alunos reuniram uma comissão e se dirigiram ao reitor para cobrar o combinado: “Fizemos uma comissão e fomos lá falar com ele, aí ele disse: ‘Não, rapaz, vocês não entenderam, não; eu não negocio com subversivo’ [...]”.

Por certo, os universitários do Instituto de Física fizeram greve para lutar por mínima qualidade na oferta da

educação. Na reivindicação das comissões paritárias, recorreram ao pleito em favor da representação, uma luta estudantil antiga. O reitor Fernando Leite, em princípio, concordou com o reivindicado, porém, semanas depois, negou o que havia combinado, declinando da sua responsabilidade como dirigente e acusando os estudantes de subversão. A comissão dos discentes convocou a Assembleia Geral para debater a conjuntura: “[...] convocamos Assembleia Geral; aí, nessa época, na França, a Universidade de Sorbonne estava sendo ocupada pelos alunos; aí eu propus, inspirado na ocupação em Sorbonne: ‘Vamos ocupar o curso de Física’ [...]” (BEZERRA, 2017).

De acordo com Soares e Petarnella (2009), a luta por liberdades e democracia protagonizada pelos estudantes franceses no emblemático maio de 1968 revolucionou a cultura de toda uma geração (ACEVEDO TARAZONA, 2004). Inspirados na rebeldia dos pares franceses, os universitários do curso de Física da UFC radicalizaram o movimento e a decisão de ocupar o prédio foi praticamente unânime, segundo José Machado Bezerra (2017):

[...] sempre tem o pessoal do ‘Deixa disso, rapaz’. Várias pessoas diziam: ‘A gente pode perder o curso, pode ser expulso da universidade, perder o ano’. Mas, quando foi na hora da votação, foi quase cem por cento a favor da ocupação. Nós saímos da Assembleia Geral, da sala lá no prédio da Física, e fomos nos dirigir ao diretor; fomos comunicar ao diretor do curso, o professor Newton de Almeida Braga [...].

Para Pinheiro (1997, p. 158), “[...] Há um consenso geral entre os teóricos de que a esfera política constitui um campo no qual os agentes sociais formulam os seus interesses e buscam os meios para satisfazê-los”, mas não sem considerar o prejuízo das escolhas, especialmente quando as opções impactam as perspectivas do próprio futuro. O contexto característico dos regimes autoritários influencia decisões no sentido de inibir as bandeiras que baterão de frente contra o instituído. É necessário sopesar os lados da situação.

De um lado, a repressão. Os riscos para a liberdade individual, a possibilidade de perder o ano letivo e até a matrícula na universidade, maculando o histórico acadêmico e comprometendo possibilidades de construção do futuro, inclusive a realização do sonho de uma carreira profissional. De outro lado, as inúmeras dificuldades que os estudantes enfrentavam diuturnamente na academia, além da decepção que haviam tido com o reitor Fernando Leite por ele ter faltado com a palavra dada quando prometeu solucionar os problemas e depois declinou de sua promessa.

José Machado Bezerra (2017) recordou que eles ocuparam e interditaram o prédio, desalojando os servidores, os professores e o diretor da faculdade, o professor Newton de Almeida Braga. No entanto, eles não negligenciaram as próprias necessidades da formação educacional e planejaram, entre eles mesmos, a continuidade dos estudos.

Nós organizamos assim: o pessoal do segundo ano dava aula para o do primeiro ano; o pessoal do terceiro ano dava aula para os alunos do segundo ano; e os do quarto ano faziam seminário. Nós ocupamos a faculdade e a cantina para poder garantir a alimentação. A gente parava os ônibus e pedia dinheiro; fazíamos pedágio: ‘Ó, dá para ajudar os estudantes na luta contra a ditadura?’. (BEZERRA, 2017).

O apoio material foi essencial para a resistência na ocupação, e os alunos recorreram a toda solidariedade possível, inclusive ao apoio da sociedade. À frente do diretório acadêmico, José Genoíno Guimarães Neto²⁰ apoiou pessoalmente o movimento dos estudantes do curso de Física, segundo revelam as memórias de José Machado Bezerra (2017): “Ele visitou a ocupação do curso e até dormiu algumas vezes no prédio”. Igualmente lembrado, o então presidente do DCE, João de Paula Ferreira, esteve próximo dos alunos desde a greve que deu início ao movimento.

O recrudescimento do regime militar e a promulgação do AI-5²¹ institucionalizaram a repressão, reduzindo ainda mais os direitos civis, segundo informam Grinberg *et al.* (2016): fim do *habeas corpus*, fechamento do Congresso, suspensão de eleições democráticas, censura, prisões arbitrárias e ataque ao movimento estudantil.

Para dentro das universidades públicas e privadas o AI-5 foi levado através do Decreto-Lei n. 477 de fevereiro de 1969. O decreto proibia a existência de qualquer tipo de associação de estudantes ou professores e estabelecia punições sumárias, como a imediata expulsão sumária do estabelecimento para quem o infringisse. (LACERDA, 2016, p. 158).

Considerando o limite espacial deste trabalho e a necessidade de acrescentar outros eventos ao panorama histórico do movimento dos estudantes da UFC, antecipase o desfecho da crise. No Memorial da UFC, a pesquisa localizou o *Boletim Informativo* da edição de julho/agosto de 1968 e a nota informando acerca de problemas entre os corpos docente e discente do Instituto de Física:

20 José Genoíno Guimarães Neto nasceu em Quixeramobim, Ceará, em 1946. Ele foi líder estudantil ligado à UNE e filiado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Com a decretação do Ato Institucional 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, foi para a clandestinidade. Foi preso em 1972 e libertado em 1977. Em 1979, foi anistiado e participou da fundação do PT.

21 AI-5, de 13 de dezembro de 1968, inaugurou o período mais sombrio da ditadura militar. Resultou na perda de mandatos de parlamentares contrários ao regime, intervenções em estados e municípios e suspensão de quaisquer garantias constitucionais, que eventualmente resultaram na institucionalização da tortura, comumente usada como instrumento pelo Estado.

NORMALIDADE NO INSTITUTO DE FÍSICA
 Por indicação do Magnífico Reitor Fernando Leite, o professor Raimundo Alberto Normando historiou todos os entendimentos havidos entre os corpos docente e discente do Instituto de Física, funcionando, na qualidade de mediadora, a comissão constituída pelos professores [sic] Wagner Turbay Barreira, Carlos Roberto Martins Rodrigues, Prisco Bezerra e Eduardo Sabóia de Carvalho. Concluiu afirmando que as atividades do Instituto de Física voltaram à normalidade, professores [sic] e alunos caminhando lado a lado para um perfeito entrosamento e procurando soluções racionais para os problemas que lhes diziam respeito. (UFC, 1968, p. 210).

Pela nota oficial da UFC, conclui-se que o movimento dos estudantes do curso de Física foi encerrado com um consenso entre discentes, docentes e direção, inclusive a narrativa de José Machado Bezerra (2017) ratifica os entendimentos:

Com um mês, nós conseguimos todas as nossas reivindicações. Criamos comissões paritárias. Cada laboratório era dirigido por dois professores e dois alunos; a biblioteca, dois professores e dois alunos; a diretoria também; eu era da diretoria, só que eu fui preso logo em seguida, duas semanas antes do AI-5, em dezembro; com o AI-5, nós perdemos todas as nossas conquistas.

Do ponto de vista do movimento estudantil, a ocupação do curso de Física em 1968 foi vitoriosa. Os universitários lograram êxito em suas reivindicações, contrariamente ao que se esperaria como desfecho para atos de subversão da ordem institucional em contexto de governo ditatorial, mas o gozo das conquistas durou pouco tempo. O AI-5 pôs fim a uma série de direitos civis, inclusive da classe estudantil. A proibição de associações de classe, grêmios estudantis e diretórios acadêmicos destituiu as lideranças políticas e vetou todas as manifestações sociais.

A semente da redemocratização foi lançada em 1983. O senador Teotônio Vilela lançou a ideia e o deputado federal Dante de Oliveira propôs o Projeto de Emenda Constitucional que estabelecia eleições diretas. O Congresso não aprovou a proposta de lei, mas a ideia foi captada pela massa crítica. Sindicatos, entidades de classe, imprensa e setores da sociedade civil traduziram o anseio popular pelo direito ao voto, convertido no histórico movimento Diretas Já, ocupando a cena política, a agenda social e a produção cultural do país (NAPOLITANO, 1995).

Em 1985, após 21 anos de governos militares, o advogado José Sarney de Araújo Costa assumiu indiretamente a presidência da República. As eleições de 1986 reconstituíram o Congresso Nacional eleito democraticamente e, entre 1987 e 1988, os 559 deputados e senadores constituintes aprovaram a nova Constituição Federal em 1988. Em 1989, o voto direto elegeu Fernando Affonso Collor de Mello, que iniciou o mandato em março de 1990, mas renunciou em dezembro de 1992, em meio a grandes manifestações nacionais, incluindo o emblemático protesto dos caras-pintadas²².

2.3 A ruptura institucional de 2016 e a ocupação da Faced/UFC

As jornadas de junho de 2013²³ assinalaram no Brasil o retorno dos grandes movimentos sociais, mas Souza (2015, 2017) assevera que as revoltas populares contra o aumento das passagens foram manipuladas midiaticamente para fins políticos. Para incitar a opinião pública em torno da rejeição ao governo de Dilma Rousseff e contra o PT, foi usada uma “[...] máquina de propaganda partidária [...]. Os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/Veja), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado)” (LOPES, 2016, p. 120).

O dia 1º de janeiro de 2015 marcou o início do quarto ciclo do PT²⁴ no comando do país, mas o segundo mandato da petista Dilma Rousseff foi marcado por grave crise econômica (BOITO JUNIOR, 2016). A massa de jovens que teve acesso à formação superior não encontrou postos de trabalho qualificado e a insatisfação popular foi captada pela mídia para atingir a confiabilidade do governo, desgastar a imagem do PT e abrir caminho para o avanço da direita.

Em 2 dezembro de 2015, o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff foi acolhido, sob acusação de crime de responsabilidade fiscal. Contudo, pondera Quinalha (2016, p. 131), “[...] instaurado por ato do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, como uma retaliação ao governo por não ter apoiado sua defesa no processo administrativo que corria contra ele na Comissão de Ética”.

O fato é que, em 2016, a conjuntura no Brasil estava caótica. Do caos político e social despontavam as manifestações que confrontavam as teses do *impeachment* da presidente. Na análise de mestres do Direito, cientistas políticos, jornalistas, filósofos, economistas, ativistas sociais, artistas e intelectuais, a ruptura institucional tinha fundamento mais político do que jurídico e foi denunciada como golpe parlamentar-jurídico-midiático, nos termos de Proner 2016 e de Souza (2017). Defesas contundentes

22 Movimento estudantil brasileiro em 1992 que teve como objetivo principal o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.

23 Também conhecidas como Manifestações dos 20 centavos: protestos de grande repercussão nacional e internacional que surgiram para contestar os aumentos nas tarifas do transporte público.

24 Luís Inácio Lula da Silva, com dois mandatos, de 2003 a 2006 e de 2007 a 2011, e Dilma Vana Rousseff, também com dois mandatos, de 2011 a 2014 e de 2015 a 2016, quando foi destituída.

fundamentadas na Constituição contradiziam a acusação, ressaltando a fragilidade da sustentação jurídica e os vícios de origem.

Acerca da atuação do Judiciário, merece destaque a colocação de Semer (2016, p. 109): “[...] na complacência com o afastamento e na flacidez da defesa do modelo democrático”. Consumada a ruptura institucional e o impedimento de Dilma Rousseff, o vice-presidente, Michel Temer, assumiu a presidência, enfatizando a problemática da despesa pública e o programa neoliberal do seu governo (PMDB, 2015).

Segundo Michel Temer, eram urgentes mudanças orçamentárias estruturais para conter o crescimento da dívida pública: “[...] em primeiro lugar, acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e educação [...]” (PMDB, 2015, p. 9-11). Tratava-se de desvincular da Constituição as chamadas despesas primárias atreladas a dispositivos legais, ou por obrigatoriedade ou por indexação obrigatória dos valores.

Neste contexto, a PEC n. 241²⁵ foi anunciada como solução para a crise fiscal. Durante 20 anos, despesas relacionadas às políticas sociais, tais como saúde, educação, previdência, segurança pública, defesa do meio ambiente, manutenção de estradas e até pagamento de salários de servidores públicos desses serviços, não poderiam crescer mais do que a inflação medida a cada ano, independentemente do crescimento econômico do país.

O anúncio da proposta de limite dos gastos públicos sofreu forte rejeição de setores populares da sociedade. Políticos progressistas denunciaram o ataque aos direitos sociais representado pela aprovação da proposta e setores da sociedade se mobilizaram em todo o país contra a PEC n. 241. Na UFC, os estudantes vinham debatendo a crise política e estavam conscientes da ameaça que a proposta representava para o investimento público na Educação.

A mensagem do DCE-UFC²⁶ na rede social convocou Assembleia Geral para 3 de novembro de 2016. Na pauta, Greve Estudantil e Jornada de Lutas contra o programa neoliberal de Michel Temer e a proposta de corte nos recursos para a Educação, mas, no Departamento de Geografia da UFC, o movimento estudantil se antecipou à Assembleia Geral e os estudantes ocupavam o centro do curso desde o dia 1º de novembro de 2016.

A pesquisa gravou a entrevista com Filipe²⁷ antes do fim do movimento dos universitários que ocuparam a UFC em 2016. O então graduando, sentado no banco da frente do Departamento de Geografia, revelou o que significava para ele a luta que o grupo estava travando contra o sucateamento da Educação: “Todas essas ocupações são momentos políticos. Essas articulações entre os cursos, a

25 No Senado, a PEC n. 55/2016 foi aprovada e promulgada pela EC n. 95/2016.

26 Disponível na rede social Facebook do DCE: https://www.facebook.com/dceufcoficial/?eid=arbm9nrxmt1av2_omqvbnfcbw12bwgcejxogzkou-to8symwmamda5mmozovtejgcppqm-lhrofav9_. Acesso em: 10 jun. 2020.

27 Entrevista concedida por Filipe aos pesquisadores em 14 de dezembro de 2016, em Fortaleza, Ceará.

sociedade, a universidade foram apenas um estopim. A gente sabe que as lutas que vão vir agora são maiores ainda. A gente tem que se manter unido, cada vez mais. Isso fortaleceu muito esse grupo que está aqui ocupando” (FILIPE, 2016).

Como porta-voz dos ocupantes, Filipe (2016) dimensionou, no âmbito da Educação, a crise que os universitários intentavam superar. Naquele exato momento, passados 44 dias da resistência na ocupação do centro, a fala dele reconhecia a importância de manter viva a motivação do grupo, o sentimento de união e a solidariedade forte entre eles.

Na Faced da UFC, os estudantes vinham discutindo o caráter neoliberal do programa anunciado pelo governo de Michel Temer desde os últimos dias de outubro de 2016, conforme recordou o estudante de Pedagogia Igor Maria²⁸, na época cursando o terceiro semestre do curso:

Dois dias antes, mais ou menos dia 1º, dia 30 ou dia 28 (de outubro), foi marcado o evento no Facebook²⁹ pelo Diretório Central de Estudantes: Assembleia Geral de Estudantes. A conjuntura econômica estava sendo fracionada, disputada, interesses das classes, ânimos muito acirrados, antagonismo de classe muito forte. Com a classe estudantil, não seria diferente.

A Assembleia Geral dos estudantes, em 3 de novembro de 2016, deliberou o estado de greve. Segundo a narrativa de Igor Maria (2017), ficou decidido que os centros teriam autonomia para decidirem os métodos de resistência que iriam adotar para protestar contra o programa de governo de Michel Temer, mas a Assembleia deliberou um ato-protesto para acontecer ao final da reunião. Os universitários iriam sair em passeata pelo entorno dos centros demonstrando o estado de mobilização estudantil.

Sobre as ocupações dos centros de ensino e faculdades, Igor Maria (2017) recordou que a orientação do DCE foi a de aguardar que fossem feitas as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem³⁰), marcadas para acontecer nos dias 5 e 6 de novembro, para somente após as provas os centros decidirem sobre a ocupação.

Os estudantes da Pedagogia que participaram da Assembleia Geral acompanharam o ato-protesto e voltaram para a Faced. A reunião para avaliar as decisões da Assembleia Geral trouxe à tona as frustrações do grupo. Nos argumentos, eles julgaram que a Assembleia Geral deveria ter aproveitado a expressiva presença estudantil para decidir métodos de resistência mais impactantes do que a passeata.

28 Entrevista concedida por Igor Maria aos pesquisadores em 4 de janeiro de 2017, em Fortaleza, Ceará.

29 Rede social criada desde 2004.

30 O Enem é uma prova realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), criada em 1998, para avaliar a qualidade do ensino médio no país. Seu resultado serve para acesso ao ensino superior em universidades públicas brasileiras, através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), assim como em algumas universidades no exterior.

Na Faced/UFC, os alunos estavam dispostos a iniciar imediatamente a batalha contra a aprovação da PEC n. 241, a não esperar nem mais um dia. Desse modo, eles resolveram realizar uma Assembleia do curso, conforme Igor Maria (2017) relembrou:

Junto com outro colega do curso, fomos passando nas salas, em cada uma delas pedindo aos professores para liberarem logo os alunos para uma assembleia em frente ao Centro Acadêmico da Faced. Ficamos avaliando; passamos o que havia acontecido na Concha e fomos votar. Éramos mais de cem pessoas presentes: ‘Pessoal, existe a proposta de ocupar hoje, agora!’. E passou quase por unanimidade. Existia o forte argumento de que a gente iria atrapalhar o Enem, que ia acontecer no sábado.

No início do movimento para a ocupação, surgiu o primeiro dilema: alguns estudantes titubearam na decisão, mas a causa maior falou mais alto e a histórica ocupação da Faced/UFC iniciou no meio da noite de 3 de novembro de 2016:

A Geografia já estava ocupada, tinha uma semana ocupada. No primeiro dia da ocupação, havia umas 80-100 pessoas. Dormiram no chão, nas salas de baixo: 2, 3, 10, 9, 8, 7, 6... praticamente todas ocupadas. Rapidamente tiramos as carteiras das salas e fizemos muralhas, barricadas em cada canto, na frente, e fechamos tudo. Começou um bombardeio de informações no Facebook: ‘Faced ocupada!’.

Vasconcelos e Araújo (2016, p. 17) ressaltam que “[...] o silêncio e o esquecimento são também reveladores de conflitos [...]”. Ao recordar eventos passados, precisar a data no calendário se tornou um detalhe irrelevante entre os sentidos do vivido. Mas a releitura amplia a percepção e reinterpretação do conjunto de experiências. Na verdade, os estudantes do curso de Geografia ocupavam o seu centro de estudo desde o dia 1º de novembro, ou seja, havia dois dias, mas os universitários da Faced/UFC desafiaram a categoria.

A Assembleia Geral delegou autonomia aos centros, mas recomendou não ocuparem os prédios antes do dia 6, em atenção à realização das provas nacionais, mas os universitários da Pedagogia se resguardaram na decisão tirada em convocatória na Faced/UFC e se sentiram fortalecidos para prosseguir o planejamento do movimento: organizar as comissões, a agenda de protestos e a pauta de reivindicações. “Definimos em Assembleia as comissões:

alimentação, estrutura, segurança, comunicação e ética. Cada comissão era autônoma. Assim que a gente ocupou, chegaram muitas doações de professores da instituição; a própria diretora da Faced doou coisas. Muitos professores entrando em contato e pessoalmente”, conforme Igor Maria (2017).

Restava a decisão sobre permitir ou não a realização das provas do Enem na Faced/UFC. As opiniões contrárias se basearam no prejuízo para os concorrentes do certame. Havia ainda a possibilidade de desocupar o centro para que fossem realizadas as provas nacionais, retornando em seguida, no dia 7 de novembro. Inclusive os estudantes que ocupavam o Departamento de Geografia anunciaram que assim procederiam. Na Faced/UFC não foi assim, recordou Igor Maria (2017):

A gente fez a avaliação em Assembleia e decidiu que íamos permanecer ocupantes no sábado do Enem. A mídia toda estava lá no portão; foi muito tenso. A gente não deu entrevista com medo de se expor demais, de ser criminalizado. A gente não sabia o que poderia acontecer com a gente. A diretora não se mostrou favorável à ocupação no sábado. A gente estava aqui fora, em reunião, e tivemos que entrar, porque tinha muita câmera [...]. A gente descobriu que a mídia pegava pessoas que nem vinham fazer a prova do Enem, que não eram estudantes para a prova, e divulgava dizendo que nós estávamos impedindo de chegarem na faculdade. Só que o discurso que a gente usava era o de que a culpa não era nossa, era do Michel Temer, por conta de sancionar cortes que prejudicariam as gerações futuras. Nós lançamos notas em relação a isso; era a nossa bandeira.

Além das divergências, a decisão de impedir o acesso ao prédio para os exames gerais trouxe aos estudantes a desaprovação da direção do centro e a exposição na mídia, que explorou o episódio para ampliar a cobertura midiática e distorcer os fatos. Convictos da necessidade de continuar a resistência contra a aprovação da PEC n. 241, os ocupantes transferiram para o governo a responsabilidade da decisão: a qualquer custo, manter a ocupação da Faced/UFC.

O espírito de solidariedade impulsionou a luta estudantil e contribuiu para a conquista de aprendizados, na convivência. Igor Maria (2017) ressaltou motivações íntimas que prevaleceram na decisão de aderir à luta e o sentimento de solidariedade a tantos, como ele, que sonharam com uma vaga no ensino superior público para promover a transformação das condições de vida:

Sou filho de pais agricultores, do interior do estado, entrei na universidade pelas cotas³¹. A MP 020³², que reduz as vagas, a PEC 241, que virou PEC 55 no Senado, a ‘PEC do fim do mundo’, onde congelaria os gastos públicos por 20 anos, a MP 746³³, eu via tudo isso aí que iria me atrapalhar muito; pessoas como eu, filhos de pais pobres estariam sendo interrompidos de chegarem até a universidade, e eu tinha que fazer alguma coisa, daí eu me engajei, dei minha cara a tapa.

A narrativa ressalta a importância que tem para si e para os pais, de origem humilde e de pouca instrução, o acesso ao ensino superior público, cabendo realçar a vida sacrificada da família que labuta no campo e deposita no filho a esperança de um futuro melhor pela via da formação superior. O sistema de cotas citado é parte dos programas sociais destinados às populações em vulnerabilidade social, semelhante aos programas de erradicação da fome, redução da pobreza, redistribuição de renda e ampliação das vagas no ensino superior que foram implantados principalmente pelos governos petistas.

Orgulhoso, Filipe (2016), graduando em Geografia e uma das lideranças do movimento naquele departamento, resumiu o conteúdo de algumas pautas locais que foram conquistadas em decorrência das ocupações dos centros e faculdades da UFC em 2016, como resultado de negociações com o reitor Henry Campos:

Paridade de votação para a escolha de reitor e chefe de centro, café da manhã no restaurante universitário; a comissão vai levantar quantas pessoas vão ser atendidas, quantos estudantes são de fora, de Pacatuba, Maracanaú, e chegam seis da manhã. *Intercampi* foi vitória do movimento estudantil do passado, precisa ser reconfigurado, porque a dinâmica muda, precisa colocar mais *intercampi*, vitória que a gente vai acrescentando cada vez mais nessa política.

Foi contra a PEC n. 241, a “PEC do fim do mundo”, que comprometia a manutenção dos benefícios sociais recém-conquistados, mas também pela ampliação da rede de proteção aos pares mais necessitados que os estudantes do Departamento de Geografia e da Faced/UFC ocuparam a instituição e resistiram.

Citando Napolitano (2014, p. 16), “[...] Na história, não há preto ou branco, mas incontáveis matizes de cinza [...]”. Recordar-se que o último dia das ocupações do Departamento de Geografia e da Faced/UFC, 19 de dezembro de 2016, amanheceu plúmbeo e aquoso na capital cearense,

31 Resumidamente, o Decreto n. 7.824, assinado em 2012 por Dilma Rousseff, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, ou da educação de jovens e adultos, considerando ainda renda familiar e característica racial – preto, pardo e indígena, segundo o censo demográfico.

32 Refere-se à Portaria n. 20, de 13 de outubro de 2016, que dispõe sobre o procedimento de redução de vagas de cursos de graduação ofertados por instituições de ensino superior integrantes do sistema federal de ensino.

33 Norma jurídica que reformula o ensino médio e altera a estrutura do currículo. Entre outras medidas, torna facultativa a obrigatoriedade de oferta de ensino da Arte e da Educação Física no ensino médio, permite que conteúdos cursados no ensino médio sejam aproveitados no ensino superior, modifica o currículo do ensino médio: composto por Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por itinerários formativos específicos, definidos em cada sistema de ensino. Dá autonomia aos sistemas de ensino para definir a organização das áreas de conhecimento, as competências, habilidades e expectativas de aprendizagem definidas na BNCC.

em virtude das chuvas que anunciavam a nova estação, mas também pelas lágrimas que molhavam os semblantes exaustos dos ocupantes que resistiram para as tarefas finais da desocupação dos centros.

Considerações finais

Das memórias do honorável professor e reitor Martins Filho às biografias dos incontáveis estudantes da academia, ratifica-se a vocação empreendedora e combativa da gestão e do corpo discente da UFC desde a Universidade do Ceará. Os eventos que assinalam a luta dos universitários por melhorias nas condições de estudo também marcam a história da academia e de gerações de estudantes que protagonizam as colunas de resistência, protestando contra as decisões políticas que impactam negativamente os rumos da educação superior e o sonho de uma vida melhor.

Os movimentos estudantis revisitados, do abaixo-assinado levantado pelo corpo discente da Faculdade de Direito do Ceará, em 1947, à greve dos estudantes da UFC em 1962 pela representação nas instâncias de decisão, à greve e ocupação do Instituto de Física em 1968, no contexto ditatorial, por melhores condições de estudo, e às ocupações da UFC em 2016, em protesto contra a lei do teto de gastos públicos, atestam o poder da mobilização dos estudantes no confronto e abalo de estruturas do sistema contra o *establishment* político e na conquista de mais democracia.

Como esperado, a aprovação da PEC n. 241 comprometeu os investimentos públicos em serviços essenciais, inclusive na melhoria da qualidade da oferta da Educação, e interrompeu o esforço que vinha sendo feito para reduzir desigualdades sociais, especialmente nos governos de orientação mais progressista. A EC n. 95/2016 alterou a Constituição, limitando os gastos com a oferta de serviços à população, prejudicando especialmente assalariados e mais pobres.

O Brasil precisa avançar muito, no esforço de pensar e pôr em prática políticas públicas voltadas para a Educação, da formação básica ao ensino superior, para que os cidadãos sejam tratados com a prioridade que a democracia enseja. É consenso que o acesso à Educação de qualidade transforma positivamente a sociedade e é caminho seguro para elevar a qualidade de vida dos indivíduos: aprimoramento de recursos pessoais e condições para viver e conviver em sociedade.

A Nova História ensina que as histórias comuns de pessoas incomuns são mais do que fatos corriqueiros da historiografia do ativismo político. Elas registram o percurso heroico de anônimos que apostam a própria vida na realização de um propósito coletivo. Cada geração, em seu

tempo e contexto, cumpre a tarefa de semear ventos de mudanças e aceita os riscos: colher flores ou perecer nas tempestades.

Referências

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. As narrativas de si resignificadas pelo emprego do método autobiográfico. *In*: SOUZA, Elizeu Clementino de; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: PUCRS; Salvador: Uneb, 2006. p. 149-170.

ACEVEDO TARAZONA, Álvaro. El movimiento estudiantil entre dos épocas: cultura, política, roles e consumos. Años sesenta. **Revista Historia de la Educación Colombiana**, n. 6-7, p. 161-176, 2004.

ARAÚJO, Fátima Maria Leitão. **Mulheres letradas e missionárias da luz: ideal de formação nas escolas normais rurais do Ceará (1930-1960)**. Fortaleza: UFC, 2014.

ARAÚJO, Raquel Dias. **O movimento estudantil nos tempos da barbárie: a luta dos estudantes da UECE em defesa da universidade pública**. 2006. 286 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

BEZERRA, José Machado. **Entrevista concedida por José Machado Bezerra aos pesquisadores em 5 de janeiro de 2017**. Fortaleza, Ceará, 2017.

BOITO JUNIOR, Armando. Os atores e o enredo da crise política. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). **Os atores e o enredo da crise política**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 23-31.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 out. 2012.

_____. Decreto-Lei n. 464, de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece normas complementares à Lei n. 5.540, de 28

de novembro de 1968, e dá outras providências. Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 fev. 1969.

_____. Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 2016a.

_____. Lei n. 2.373 de 16 de dezembro de 1954. Cria a Universidade do Ceará, com sede em Fortaleza, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 1954.

_____. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e as Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 dez. 1961.

_____. Medida Provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei n. 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 set. 2016b.

_____. Portaria n. 20, de 13 de outubro de 2016. Dispõe sobre o procedimento de redução de vagas de cursos de graduação, ofertados por Instituições de Ensino Superior - IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, e altera a Portaria Normativa n. 10, de 6 de maio de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 out. 2016c.

_____. Proposta de Emenda à Constituição n. 55, de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2016d.

_____. Proposta de Emenda à Constituição n. 241, de 15 de junho de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitu-

cionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jun. 2016e.

FILIPPE. **Entrevista concedida por Filipe aos pesquisadores em 14 de dezembro de 2016**. Fortaleza, Ceará, 2016.

FREITAS, Mariano. **Nós, os estudantes**. Fortaleza: Livro Técnico, 2001.

GRINBERG, Lúcia; ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **50 anos do golpe: debates discentes**. Niterói: UFF, 2016.

GROPPO, Luís Antônio; SILVEIRA, Isabella Batista. Juventude classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Revista Argumentum**, Vitória, v.12, p. 7-21, 2020.

IGOR MARIA. **Entrevista concedida por Igor Maria aos pesquisadores em 4 de janeiro de 2017**. Fortaleza, Ceará, 2017.

LACERDA, Gislene Edwiges de. História, memória e movimento estudantil. *In*: GRINBERG, Lúcia; ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **50 anos do golpe: debates discentes**. Niterói: UFF, 2016. p. 157-165.

LOPES, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). **Os atores e o enredo da crise política**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 119-127.

MARTINHO RODRIGUES, R. História, memória, fontes e educação. *In*: VASCONCELOS JÚNIOR, R. E. P. *et al.* (Org.). **Cultura, educação, espaço e tempo**. Fortaleza: UFC, 2011. p. 403-414.

MARTINS FILHO, Antônio. **A short history of the Federal University of Ceará**. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1996a.

_____. **História abreviada da UFC**. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1996b.

_____. **O outro lado da história**. Fortaleza: UFC, 1983.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2015.

MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. 2010. 138 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Representações políticas no movimento Diretas-Já. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 207-219, 1995.

PINHEIRO, Jair. O sujeito da ação política: notas para uma teoria. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 3, p. 143-163, 1997.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. **Uma ponte para o futuro**. Brasília, DF: Ulysses Guimarães, 2015.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRONER, Carol (Org.). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.

QUINALHA, Renan Honório. “Em nome de Deus e da família”: um golpe contra a diversidade. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). **Os atores e o enredo da crise política**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 131-138.

RAMALHO, Braulio Eduardo Pessoa. **Foi Assim! O Movimento Estudantil no Ceará (1928-1968)**. Fortaleza: ABC, 2002.

SEMER, Marcelo. Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do Judiciário. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). **Os atores e o enredo da crise política**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 107-113.

SOARES, Maria Lucia de Amorim; PETARNELLA, Leandro. 1968, o ano que ainda faz pensar: intelectuais indagam sobre a irrupção dos jovens na sociedade industrial. **Avaliação**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 337-350, 2009.

SOSA LONDOÑO, Yeison Herley. La protesta estudiantil en la Universidad del Valle entre 1968-1971 y 2007-2011. Una lectura comparada. **Revista Forum**, Medellín, v. 13, p. 33-74, 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UFC – Universidade Federal do Ceará. **Boletim 73**, Fortaleza, v. 13, n. 4, p. 175-230, 1968.

VASCONCELOS, J. G. Esquecimento e sonhos dos militantes de esquerda nos cárceres políticos no Brasil. *In*: SANTANA, J. R.; VASCONCELOS, J. G. (Org.). **Tempo, espaço e memória da educação**: pressupostos teórico-metodológicos e seus objetos de estudo. Fortaleza: UFC, 2011.

XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva; MATOS, Camila Saraiva de (Org.). **Pesquisas educacionais**: abordagens teórico-metodológicas. Fortaleza: UECE, 2018.